

LAR DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Contribuinte: 500849200
Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2014	31 DEZ 2013
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	5	122 059,52	125 163,49
Bens do património histórico e artístico e cultural		0,00	0,00
Propriedades de investimento		0,00	0,00
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros	6	216,61	13,59
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
		122 276,13	125 177,08
Activo corrente			
Inventários	7	501,95	476,00
Utentes		0,00	0,00
Adiantamentos a fornecedores		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	12.8	206,43	717,59
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outras contas a receber	12.1	287 074,45	180 083,16
Diferimentos	12.2	1 753,35	547,62
Outros activos financeiros	12.3	224,44	1 300 215,84
Caixa e depósitos bancários	12.4	1 762 178,28	124 587,22
		2 051 938,90	1 606 627,43
Total do activo		2 174 215,03	1 731 804,51
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	12.5	31 666,62	31 666,62
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados	12.5	1 591 871,28	1 460 193,17
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais		0,00	0,00
		1 623 537,90	1 491 859,79
Resultado líquido do período		92 207,35	131 678,11
Total do fundo de capital		1 715 745,25	1 623 537,90
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras contas a pagar		0,00	0,00
		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores	12.6	7 412,42	7 579,36
Adiantamentos de Clientes	12.7	0,00	157,70
Estado e outros entes públicos	12.8	11 501,19	8 611,69
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Diferimentos	12.2	245 557,92	0,00
Outras contas a pagar	12.9	193 998,25	91 917,86
Outros passivos financeiros		0,00	0,00
		458 469,78	108 266,61
Total do passivo		458 469,78	108 266,61
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		2 174 215,03	1 731 804,51

A Direcção

O responsável

LAR DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Contribuinte : 500849200

Moeda : EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2014	2013
Vendas e serviços prestados	8	20 437,40	17 316,70
Subsídios, doações e legados à exploração	9 e 12.10	496 503,04	585 555,91
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	46 680,00	74 063,62
Fornecimentos e serviços externos	12.11	109 963,84	119 848,44
Gastos com o pessoal	10	378 761,28	329 535,58
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	8 e 12.12	119 504,91	66 973,89
Outros gastos e perdas	12.13	3 227,49	9 213,68
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento de impostos		97 812,74	137 185,18
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	5 605,39	5 507,07
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		92 207,35	131 678,11
Juros, dividendos e outros rendimentos similares		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultados antes de impostos		92 207,35	131 678,11
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		92 207,35	131 678,11

A Direção

O Responsável

Entidade: LAR DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

Contribuinte: 500849200

Página 1 de 1

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Moeda: EUR

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Jardim de Infância	Lar Residência	Projeto GasFenosa	PERÍODOS	
					2014	2013
Vendas e serviços prestados	9	19 927,40	510,00	0,00	20 437,40	17 316,70
Custo das vendas e dos serviços prestados	8 e 11	150 505,34	274 935,94	0,00	425 441,28	403 599,20
Resultado Bruto		-130 577,94	-274 425,94	0,00	-405 003,88	-386 282,50
Outros Rendimentos	9 e 13.12	119 919,32	477 755,55	18 333,08	616 007,95	652 529,80
Transportes de mercadorias		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gastos administrativos	5 e 13.11	14 725,51	82 510,64	18 333,08	115 569,23	125 355,51
Gastos de investigação e desenvolvimento		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Gastos	13.13	190,91	3 036,58	0,00	3 227,49	9 213,68
Resultado operacional (antes de financiamento e impostos)		-25 575,04	117 782,39	0,00	92 207,35	131 678,11
Gastos de financiamento (líquidos)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado antes de impostos		-25 575,04	117 782,39	0,00	92 207,35	131 678,11
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado líquido do período		-25 575,04	117 782,39	0,00	92 207,35	131 678,11

A Direção

O Responsável

LAR NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

Anexo às Demonstrações Financeiras de 2014

Índice

1	Identificação da Entidade	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Principais Políticas Contabilísticas	3
3.1	Bases de Apresentação	3
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	5
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	9
5	Ativos Fixos Tangíveis	9
6	Investimento Financeiros	10
7	Inventários	10
8	Rédito	11
9	Subsídios do Governo e apoios do Governo	11
10	Benefícios dos empregados	12
11	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	12
12	Outras Informações	13
12.1	Outras contas a receber	13
12.2	Diferimentos	13
12.3	Outros Ativos Financeiros	13
12.4	Caixa e Depósitos Bancários	14
12.5	Fundos Patrimoniais	14
12.6	Fornecedores	14
12.7	Clientes e Utentes	14
12.8	Estado e Outros Entes Públicos	14
12.9	Outras Contas a Pagar	15
12.10	Subsídios, doações e legados à exploração	16
12.11	Fornecimentos e serviços externos	16
12.12	Outros rendimentos e ganhos	16
12.13	Outros gastos e perdas	17
12.14	Resultados Financeiros	17
12.15	Projeto Gasfenosa	17
12.16	Acontecimentos após data de Balanço	19

1 Identificação da Entidade

O Lar Nossa Senhora do Livramento é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “IPSS” com estatutos publicados no Diário da República, Série III, nº278 de 2 de Dezembro de 2000.

Tem sede na Rua de Santos Pousada, 182, freguesia do Bonfim no concelho do Porto.

Visa dar apoio às crianças e raparigas socialmente mais desfavorecidas ou carenciadas na sua formação e integração social, bem como desenvolver, dentro das suas possibilidades, todas as valências sociais que estejam ao seu alcance, sempre em resposta às necessidades que forem reconhecidas mais prementes no tempo e no local.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2014 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. O Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março;
- Normas Interpretativas (NI).

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras; a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de

reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da actividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transacções e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respectivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afectada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos activos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas

contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afectadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do doador.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50 anos
Equipamento básico	6 anos
Equipamento de transporte	5 anos
Equipamento administrativo	6 anos
Equipamento Informático	5 anos
Outros Activos fixos tangíveis	6 anos

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respectivo valor residual quando este exista.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na Demonstração de Resultados nas rubricas “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”.

3.2.2 Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes activos não se destinam à produção de bens ou ao fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da actividade corrente dos negócios.

As “Propriedades de Investimento” são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliação efetuada por Entidade especializada independente. São reconhecidas diretamente na Demonstração dos Resultados, na rubrica “Aumentos/reduções de justo valor”, as variações no justo valor das propriedades de investimento.

Só após o início da utilização dos ativos qualificados como propriedades de investimento é que estes são reconhecidos como tal. Estes são registados pelo seu custo de aquisição ou de produção na rubrica “Propriedades de investimento em desenvolvimento” até à conclusão da construção ou promoção do ativo.

Assim que terminar o referido período de construção ou promoção a diferença entre o custo de construção e o justo valor é contabilizada como “Variação de valor das propriedades de investimento”, que tem reflexo directo na Demonstração dos Resultados.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respectivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

3.2.3 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	3 anos

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, excepto se:

Houver um compromisso de um terceiro de comprar o activo no final da sua vida útil.

3.2.4 Investimentos financeiros

A Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto criou dois fundos de compensação do trabalho – O FCT (fundo de compensação do trabalho) e o FGCT (fundo de garantia de compensação do trabalho), com o objetivo de assegurar o direito dos trabalhadores ao recebimento de metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, determinada nos termos da legislação laboral.

Relativamente às entidades que apliquem o regime consignado no SNC-ESNL as entregas mensais para o FCT, efetuadas pela entidade empregadora, devem ser reconhecidas como um ativo financeiro dessa entidade, mensurado ao custo.

O registo contabilístico do ativo financeiro referido será efetuado na conta “415 – Outros investimentos financeiros” e a eventual valorização gerada pelas aplicações financeiras dos valores do FCT será reconhecida como rendimento na data em que ocorrer o reembolso à entidade empregadora.

3.2.5 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio, em sistema de inventário intermitente.

3.2.6 Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores, beneméritos, patrocinadores, doadores, associados ou membros, que se encontrem com saldo no final do período, se tenham vencido, e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objectiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respectivo valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspectiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos Não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE).

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.7 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos activos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados, que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.8 Impostos Sobre o Rendimento

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) as instituições particulares de solidariedade social e entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do exercício de 2014, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31/12/2013	Adições	Abate	Transferência	31/12/2014
Terrenos e Recursos Naturais	0,00				0,00
Edifícios e Outras Construções	152 558,87				152 558,87
Equipamento Básico	67 457,61	500,00			67 957,61
Equipamento de Transporte	14 864,18				14 864,18
Equipamento Administrativo	91 746,86	2 001,42			93 748,28
Outros Activos Fixos Tangíveis	6 673,77				6 673,77
Activo Tangível Bruto	333 301,29	2 501,42	0,00	0,00	335 802,71
Depreciações Acumuladas					
Edifícios e Outras Construções	35 866,17	2 751,90			38 618,07
Equipamento Básico	62 229,70	952,77			63 182,47
Equipamento de Transporte	14 864,18	0,00			14 864,18
Equipamento Administrativo	88 503,98	1 900,72			90 404,70
Outros Activos Fixos Tangíveis	6 673,77				6 673,77
Depreciações Acumuladas	208 137,80	5 605,39	0,00	0,00	213 743,19
Activo Tangível Líquido	125 163,49	-3 103,97	0,00	0,00	122 059,52

6 Investimento Financeiros

Nos períodos de 2014 e 2013, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2014	2013
Outros investimentos Financeiros		
FCT	216,61	13,59
Total	216,61	13,59

Estes investimentos financeiros correspondem às entregas por parte da entidade para o FCT – Fundo Compensação do Trabalho.

7 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Rubricas	31/12/2014	31/12/2013
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	501,95	476,00
Total	501,95	476,00

No que concerne à quantia de “Inventários” de géneros alimentares reconhecida como gasto durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, detalham-se conforme segue:

Movimentos	2014	2013
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Saldo Inicial	476,00	1 240,00
Compras	46 705,95	73 299,62
Doações	0,00	0,00
Saldo Final	501,95	476,00
Gastos do Período	46 680,00	74 063,62

8 Rédito

Para os períodos de 2014 e 2013 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Rubricas	31/12/2014	31/12/2013
Prestação de Serviços	20 437,40	17 316,70
Quotas do Utilizadores	20 437,40	17 316,70
Outros Rendimentos e Ganhos	74 288,71	13 315,89
Descontos Pronto Pagamento	0,02	3,64
Alienações (edifícios)	70 000,00	0,00
Rendas e Outros Rendimentos	3 978,00	6 616,85
Correcções Rel. Exercícios Anteriores	230,69	6 538,96
Outros	80,00	156,44
Juros	45 216,20	53 658,00
Depósitos Bancários	44 195,96	52 430,52
De Títulos	1 020,24	1 227,48
Total	139 942,31	84 290,59

9 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2014				2013		
	Natureza	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração de Resultados	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração de Resultados
ISS, IP (dotação)	Não Reembolsável			431 911,51			532 340,70
Programa Expansão Pré-Escolar	Não Reembolsável			21 973,82			24 756,16
Segurança Social - Prestação Familiar	Não Reembolsável			20 244,21			24 744,71
IEFP	Não Reembolsável			3 011,08			0,00
Total		0,00	0,00	477 140,62	0,00	0,00	581 841,57

10 Benefícios dos empregados

O número de membros que compõe o órgão diretivo é 5 elementos. Durante o exercício de 2014, por motivo de falecimento do Eng. João Lopes Porto, Presidente do Conselho de Administração, verificou-se a nomeação de novo Presidente para o Conselho de Administração, passando este órgão diretivo a ter a seguinte composição:

- Presidente: Dr. Jorge Morais Cordeiro Dias;
- Secretária: Dra. Maria da Paz Cabral Pacheco de Miranda Agrellos;
- Tesoureiro: Dr. António Mourão Neves;
- Vogal: Eng. José Loureiro Campos;
- Vogal: Dr. Francisco de Almeida de Sousa Guedes.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade durante o exercício de 2014 foi de 26 colaboradores, tendo contado no exercício de 2013 com a colaboração de 21 pessoas.

A Instituição conta desde Abril de 2014 com a colaboração de um estagiário ao abrigo de um programa Estágio Emprego protocolado com o IEFP.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2014	2013
Remunerações ao pessoal	303 351,81	271 122,83
Indeminizações	155,17	0,00
Encargos sobre as Remunerações	65 295,94	55 857,41
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	2 276,77	1 576,34
Outros Gastos com o Pessoal		
Formação Profissional	535,00	234,00
Vestuário e Calçado	54,00	19,00
Higiene, medicina e segurança no trabalho	453,00	726,00
Estágio IEFP	6 639,59	0,00
Total	378 761,28	329 535,58

11 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada dentro dos prazos legalmente estipulados.

12 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

12.1 Outras contas a receber

A rubrica "Outras contas a receber" tinha, em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a seguinte decomposição:

Descrição	2014	2013
Outra Contas a Receber		
Juros a receber	24 045,81	47 893,61
Programa expansão pré-escolar	31 737,64	29 918,30
Plano SERE+	0,00	99 632,40
Instituto Profissional do Terço	0,00	2 638,85
Faculdade Educandas	740,00	0,00
Projeto GasFenosa	230 551,00	0,00
Total	287 074,45	180 083,16

12.2 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2014	2013
Gastos a Reconhecer		
Seguros	1 300,35	547,62
Medicina no Trabalho	453,00	
Total	1 753,35	547,62
Rendimentos a Reconhecer		
Projeto GasFenosa	245 557,92	0,00
Total	245 557,92	0,00

12.3 Outros Ativos Financeiros

A Entidade detinha, em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, reconhecidos os seguintes investimentos em outros ativos financeiros:

Descrição	2014	2013
Instrumentos Financeiros		
Montepio - Títulos	0,00	1 300 000,00
CGD - Títulos	224,44	215,84
Total	224,44	1 300 215,84

Nesta rubrica verificou-se uma alteração relativamente ao exercício anterior, uma vez que em 2014 a aplicação financeira detida no Montepio, foi transferida para depósitos a prazo.

Em resultando desta opção verifica-se uma alteração em termos de Balanço que consiste na diminuição da rubrica “outros ativos financeiros” e o conseqüente aumento do valor registado em “caixa e depósitos bancários”.

12.4 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2014 e 2013, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Caixa e Depósitos Bancários		
Caixa	44,95	2,98
Depósitos à Ordem	195 087,49	74 584,24
Depósitos a Prazo	1 567 045,84	50 000,00
Total	1 762 178,28	124 587,22

12.5 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações durante o exercício de 2014:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Saldo Final
Fundos	31 666,62		31 666,62
Resultados Transitados	1 460 193,17	131 678,11	1 591 871,28
Total	1 491 859,79	131 678,11	1 623 537,90

12.6 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2014	2013
Fornecedores c/c		
Fornecedores	7 412,42	7 579,36
Total	7 412,42	7 579,36

12.7 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2014 e 2013 a rubrica “Utentes” encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2014	2013
Clientes e Utentes		
Adiantamento utentes	0,00	157,70
Total	0,00	157,70

12.8 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2014	2013
Activo		
IVA - A Recuperar	206,43	717,59
Outros	0,00	0,00
Total	206,43	717,59
Passivo		
Retenções na Fonte - IRS	2 719,50	2 567,00
IVA - A Pagar	238,99	0,00
IVA - Reembolso em Excesso	717,57	0,00
Segurança Social	7 789,64	6 039,79
FCT e FGCT	35,49	4,90
Total	11 501,19	8 611,69

12.9 Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2014		2013	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Credores por Acréscimo de		53 570,49		47 850,30
Remunerações a Liquidar		51 856,63		46 073,12
Outras despesas diferidas				
Água		0,00		283,30
Electricidade		1 487,28		1 332,60
Gás		95,00		88,88
Comunicações		131,58		72,40
Instituto Segurança Social		140 065,93		8 728,06
Reposição Dotação Lar 2014		140 065,93		8 728,06
Outros Credores		361,83		35 339,50
Outros Credores		361,83		35 339,50
Total	0,00	193 998,25	0,00	91 917,86

O valor inscrito na rubrica "Reposição Dotação Lar 2014" respeita ao valor que se considera reembolsar à Segurança Social, pelo facto de durante o exercício de 2014 as transferências da dotação terem sido calculadas tendo por base um número de utentes superior ao acordado no protocolo de cooperação.

Como tal a instituição optou por não reconhecer o rendimento total das transferências relativas à dotação, uma vez que muito provavelmente terá de proceder à devolução deste valor. Fica desta forma salvaguardado o reconhecimento no futuro de gastos relativos à devolução de verbas relativas a 2014, bem como o reconhecimento neste exercício de rendimentos indevidos.

12.10 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2014 e 2013, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2014	2013
ISS, IP - Centro Distrital (dotação)	431 911,51	532 340,70
IEFP	3 011,08	0,00
Outras Entidades	60 551,11	49 500,87
Donativos	965,00	3 650,00
Legados	64,34	64,34
Total	496 503,04	585 555,91

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 9.

12.11 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e Serviços Externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013 foi a seguinte:

Descrição	2014	2013
Serviços especializados	17 453,67	39 166,67
Materiais	5 665,53	7 097,33
Energia e fluídos	22 432,97	27 436,15
Deslocações e estadas	865,87	1 036,25
Serviços diversos	29 219,83	29 101,25
Encargos com Utentes	15 992,89	16 010,79
Projeto GasFenosa	18 333,08	0,00
Total	109 963,84	119 848,44

12.12 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2014	2013
Outros Rendimentos e Ganhos	74 288,71	13 315,89
Descontos Pronto Pagamento	0,02	3,64
Alienações (edifícios)	70 000,00	0,00
Rendas e Outros Rendimentos	3 978,00	6 616,85
Correcções Rel. Exercícios Anteriores	230,69	6 538,96
Outros	80,00	156,44
Juros	45 216,20	53 658,00
Depósitos Bancários	44 195,96	52 430,52
De Títulos	1 020,24	1 227,48
Total	119 504,91	66 973,89

O valor de 70 000,00€ registado na rubrica “Alienações (edifício)” corresponde à alienação do imóvel sito na Rua Passos Manuel.

12.13 Outros gastos e perdas

A rubrica de “Outros gastos e perdas” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2014	2013
Impostos	157,24	100,98
Correcções exercicios anteriores	0,00	5 812,70
Quotizações	300,00	300,00
Subsidios, donativos, bolsas de estudo	2 295,00	3 000,00
FRSS	475,25	0,00
Total	3 227,49	9 213,68

O valor de 475.25€ inscrito na rubrica FRSS (Fundo de Reestruturação do Sector Social) corresponde à comparticipação por parte da entidade para o referido fundo.

12.14 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2014 e 2013 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2014	2013
Juros e gastos similares suportados		
Juros Suportados	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	44 195,96	52 430,52
Titulos	1 020,24	1 227,48
Total	45 216,20	53 658,00
Resultados Financeiros	45 216,20	53 658,00

12.15 Projeto Gasfenosa

A entidade no exercício de 2014 efetuou a candidatura e foi contemplada num programa denominado “Projeto Gasfenosa”. Este programa consiste no apoio por parte da empresa Gasfenosa aos gastos incorridos pelo Lar Nossa Senhora do Livramento no que concerne a matrículas e mensalidades, manuais escolares, apoio ao estudo e alimentação (cantinas), de acordo com a candidatura efetuada.

O projeto será desenvolvido até ao ano letivo de 2022-2023 e tem um valor global previsto de 263 891,00 euros.

O quadro seguinte apresenta a distribuição por ano letivo dos gastos previstos segundo as diferentes rubricas aprovadas para o projeto:

GASTOS	2014-15	2015-16	2016-17	2017-18	2018-19	2019-20	2020-21	2021-22	2022-23	TOTAL
Matrículas e mensalidades	22 150	26 428	30 109	28 048	19 224	16 495	13 649	6 961	3 550	166 613
Manuais escolares	4 615	4 749	3 890	3 548	2 219	1 522	1 251	627	354	22 775
Apoio ao estudo	6 360	5 018	4 744	5 476	3 117	2 517	2 027	1 378	703	31 342
Alimentação (cantina)	8 550	8 721	8 271	6 845	4 222	3 147	2 365	689	351	43 161
TOTAL	41 675	44 917	47 015	43 916	28 782	23 681	19 292	9 656	4 958	263 891

No quadro seguinte apresentamos a previsão de recebimentos anuais relativos ao projeto:

	Total Anual	TOTAL
Ano 2014	33 340,00	33 340,00
Ano 2015	44 268,00	77 608,00
Ano 2016	46 595,00	124 203,00
Ano 2017	44 536,00	168 739,00
Ano 2018	31 808,00	200 547,00
Ano 2019	24 701,00	225 248,00
Ano 2020	20 170,00	245 418,00
Ano 2021	11 583,00	257 001,00
Ano 2022	5 898,00	262 899,00
Ano 2023	992,00	263 891,00

Os gastos incorridos nas diferentes rubricas, o valor recebido bem como o rendimento reconhecido no exercício de 2014, são discriminados no quadro seguinte:

Valor Total Projeto	Valor Recebido 2014	Recebimentos Futuros
263 891,00	33 340,00	230 551,00
GASTOS	2014	
Matrículas e Mensalidades	11 982,82	
Manuais Escolares	3 071,10	
Apoio ao Estudo	1 127,81	
Alimentação (cantinas)	2 151,35	
Total	18 333,08	
Rendimento Reconhecido 2014		18 333,08

Os gastos incorridos e imputados ao Projeto Gasfenosa durante o exercício de 2014 ascenderam a 18 333,08 euros.

O rendimento reconhecido em 2014 foi no valor igual aos gastos incorridos no valor de 18 333,08 euros.

Em termos de recebimentos durante o exercício receberam-se 33 340,00 euros referentes ao Projeto Gasfenosa.

12.16 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2014.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Porto, 13 de Março de 2015

O Técnico Oficial de Contas

A Direcção